

A Constituição das mudanças

Ontem a retórica dos discursos na Assembléia Nacional Constituinte foi uma só: o Brasil mudou. Ulysses, num belo e incisivo discurso composto por frases de grande efeito, foi peremptório: eu prometi mudança, eis a mudança.

Afonso Arinos, com menos retórica e maior argumentação, não deixou por menos. Fez um belo discurso, exigindo respeito à nova Constituição. Não escapou sequer a Justiça: o senador-professor exortou os juizes a criarem os instrumentos interpretativos para que vigorem desde já os ditames da nova Constituição.

Ouvindo a lovação dos orações, calado por força do Regimento Interno, o presidente da República tinha o semblante tenso. Jurou a Constituição, com a mão direita trêmula, talvez por causa da emoção. No íntimo, entretanto, deveria estar cotejando tudo o que ele próprio disse contra a Constituição, e o que seus auxiliares diretos disseram, com o que diziam os oradores. Nada, ou quase nada, coincidia. Onde uns viram virtude, outros viram defeito.

As farpas foram cravadas, pouco a pouco, por Ulysses, por Arinos e até —sem o saber— pelo visitante português. Sangrava o coração do presidente, era visível. De emoção, talvez, de amargura, quem sabe, de incompreensão. Parecia presidente de um país diferente daquele que comemorava a Constituição.

Curioso país o nosso. A Constituinte iniciou sob suspeitas gerais. Dizia-se que seria “conservadora”; depois, na fase da Comissão de Sistematização, virou bandeira de luta dos progressistas e espantinho dos conservadores. Veio o Centrão, tentou destruir o Regimento Interno, por considerá-lo “tendencioso”. Ganhou, mas não levou: no dia-a-dia a árdua luta da sociedade e dos líderes convenceu a maioria dos constituintes a votar democraticamente.

Pois bem, agora, na promulgação, esquecidas as feridas da batalha parlamentar, deu a impressão de que os constituintes, em sua quase totalidade, estão contentes com o que fizeram.

O Brasil mudou. Dizemos nós constituintes. Será? Vendo o semblante carregado do presidente, a espelhar solidão no meio da alegria do Congresso e percebendo-se as indiretas e as diretas às ameaças (civis e eventualmente militares) de desrespeito à Constituição, cabe a pergunta: será mesmo que o Brasil mudou com a nova Constituição? A resposta virá mais tarde, porque o outro lado da medalha, o povo, em nome de quem sempre se fala e para quem, em tese, destinam-se as medidas constitucionais, ainda não metabolizou a mudança.

É este o desafio do fim da “transição”, ou pelo menos da “transição institucional” que vem se arrastando perigosamente há tantos anos. As novas instituições deve amoldar-se à Constituição. Mas, e a conduta, as crenças, os valores? Sem que a sociedade aceite e assimile as mudanças, sem que os políticos mostrem, com coragem, seu respeito à nova lei e repudiem as agressões a ela (e o governo já a agrediu) e sem que a cidadania na acepção ulyssista (emprego, casa, saúde e educação para a população) seja realidade, vamos continuar proclamando as virtudes excelsas da lei, mas haverá o risco do olhar solitário de um presidente que não parece crer no que jurou e sentiremos enorme barreira de um povo que gostaria de confiar, mas desconfia.

De qualquer forma, o primeiro passo foi dado. Fora da Constituição não há direito, sem ele carece a liberdade, sem a qual, não se implantará a cidadania completa e o bem-estar do povo.